

# A NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA: NOBRADE

Vitor Manoel Marques da Fonseca

Técnico do Arquivo Nacional  
Presidente da Câmara Técnica  
de Normalização da Descrição  
Arquivística / CONARQ

## 1 – Introdução

A Norma Brasileira de Descrição Arquivística, que tem sido mais comumente chamada de NOBRADE, é fruto do trabalho da Câmara Técnica de Normas de Descrição Arquivística (CTNDA), órgão integrante do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ).

A CTNDA foi criada pela portaria CONARQ no 56, de 30 de setembro de 2001, composta por técnicos de diferentes instituições brasileiras, divididos em membros plenos, cujas instituições assumiram o compromisso de apoiar a participação em reuniões, e membros correspondentes, designados pelos arquivos públicos estaduais e outras instituições usuárias da ISAD(G), que deveriam funcionar como elementos de divulgação do trabalho e captação de discussões em suas áreas de atuação. A missão do grupo era a de elaborar o arcabouço normativo em que os técnicos brasileiros deveriam se apoiar para a realização de seus trabalhos técnicos de descrição de acervos. Nesse sentido, a NOBRADE, finalizada em 2006, representa o primeiro e o mais geral desses instrumentos, que deverá ser seguido por outros voltados para questões mais específicas.<sup>1</sup>

A NOBRADE foi lançada impressa em março de 2007. Já antes disso, em sua fase de discussão pública, o Arquivo Nacional patrocinou, associado a várias instituições, em sua maioria, arquivos estaduais, uma série de oficinas que pretendiam divulgar a norma e coletar sugestões da comunidade profissional para seu aprimoramento. Depois da impressão, a Norma foi distribuída

---

<sup>1</sup> A CTNDA volta-se agora para outras questões, como indexação de assuntos, normas para entrada de nomes de pessoas e entidades coletivas e elaboração de instrumentos de pesquisa etc.

gratuitamente a um grande número de instituições arquivísticas ou ligadas à área,<sup>2</sup> como bibliotecas, museus e universidades, além de se manter o esforço em realizar cursos, palestras e comunicações para garantir sua máxima difusão. Esta apresentação, no bojo da realização do VII Congresso de Arquivologia do Mercosul, mantém esse objetivo, dado o grande número de profissionais brasileiros que participam do evento, mas pretende também apresentá-la aos demais colegas de outros países e partilhar com eles a experiência de sua realização.

## 2 – O contexto da criação de normas de descrição

A década de 1980 marca o início da normalização da descrição arquivística em nível internacional, processo estimulado pelo crescente uso de computadores nos arquivos e pelas vantagens alcançadas pelas bibliotecas por trabalharem com procedimentos técnicos comuns. Os Estados Unidos e a Inglaterra já haviam iniciado a criação de normas de descrição para um uso em âmbito mais geral, mas vai caber ao Canadá, que então iniciava a elaboração de suas regras nacionais sob o patrocínio do National Council on Archives / Conseil National des Archives, a proposta encaminhada em 1988 ao Conselho Internacional de Arquivos (CIA) de elaboração de normas internacionais de descrição.

Em 1989, é decidida a criação de uma comissão específica para, no âmbito do CIA, realizar tal tarefa. A primeira reunião da Comissão ocorrerá em 1990, na Alemanha, congregando especialistas do Canadá, Espanha, Estados Unidos, França, Inglaterra, Malásia, Portugal e Suécia, grupo que dois anos mais tarde recebeu a inclusão de um representante da Austrália.

O primeiro trabalho final do grupo foi a elaboração da norma para descrição de documentos arquivísticos ISAD(G)<sup>3</sup>, publicada em 1994. Em 1996 é lançada a norma ISAAR(CPF)<sup>4</sup>, com o objetivo de regular a descrição do produtor, entidade fundamental para a compreensão do

---

<sup>2</sup> A NOBRADÉ está também disponível, para leitura e download, no sítio do Arquivo Nacional, <http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/Media/nobrade.pdf>

<sup>3</sup> INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. *ISAD(G)*: General international standard of archival description. Ottawa: Secretariat of the ICA Ad Hoc Commission on Descriptive Standards.

<sup>4</sup> INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. *ISAAR(CPF)*: International standard archival authority record for corporate bodies, persons and families; proposed by the Ad Hoc Commission on Descriptive Standards, Paris, France, 15-20 November 1995. Final ICA approved version. Ottawa, 1996.

contexto dos documentos descritos, e, portanto, necessidade decorrente da observância do Princípio da Proveniência..

Em 1996, durante o Congresso Internacional de Arquivos, a Comissão *ad hoc* passa a integrar formalmente a estrutura do CIA, agora como Comitê de Normas de Descrição (CND), e tem sua composição alterada, inclusive com o ingresso de um representante do Brasil.

A principal tarefa do CND à época era realizar a revisão e promover a segunda edição da norma ISAD(G). Desconhecida pela quase totalidade dos técnicos brasileiros, para participar do processo de revisão impunha-se então, como primeira iniciativa, traduzir a norma e divulgá-la o mais possível. No início de 1998 há uma primeira edição brasileira das normas internacionais, que é gratuitamente distribuída no país, além também de se aproveitar e, até mesmo, criar eventos para discuti-las, principalmente a ISAD cuja revisão internacional se iniciava.

A participação nos processos de revisão da ISAD(G) e, mais tarde, da ISAAR(CPF), foi extremamente proveitosa para o Brasil. Ganham as normas ao incorporarem uma visão crítica mais afastada dos grandes centros de discussão arquivística e com experiências diferenciadas em termos de tradição e situação tecnológica, ao mesmo tempo em que ganhou a comunidade profissional brasileira ao ter um contato mais amplo e constante com preocupações dos colegas de outros países,<sup>5</sup> além de aumentar sua reflexão sobre essas duas normas.

Por outro lado, essa participação também implicava em uma atuação mais corajosa no sentido de criar normas nacionais de descrição, atitude prevista pelas normas internacionais e também reclamada pela própria comunidade arquivística brasileira.

### 3- A Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística

Ainda que se disponha hoje do correio eletrônico, pelo qual tarefas podem ser repassadas e realizadas, a experiência da CTNDA mostrou ser extremamente importante a realização de

---

<sup>5</sup> A partir de 1998, o Arquivo Nacional promoveu um seminário internacional e dois cursos sobre descrição arquivística, além de, aproveitando a reunião do CND durante o seminário ibero-americano de arquivos, em 2003, ter patrocinado também um curso sobre a experiência australiana com documentos eletrônicos.

encontros do grupo, gerando ocasiões de debate e solução imediata de problemas. Isso, entretanto, implica em custos, que no caso do Brasil são extremamente altos, tanto pelo deslocamento aéreo dos membros plenos quanto pelas despesas com sua estadia por dois ou três dias. Mesmo realizando, no máximo, duas ou três reuniões por ano, a despesa era de tal monta que, freqüentemente, as instituições não dispunham dos recursos necessários para bancarem a participação de seus representantes, e o Arquivo Nacional assumia esses gastos. Na tentativa de agilizar o trabalho e economizar recursos, definidas as grandes diretrizes acerca de uma dada tarefa, muitas vezes a redação inicial foi realizada pelo grupo dos membros residentes no Rio de Janeiro, sendo o resultado desse trabalho passado ao grupo todo para aprovação.

Antes da redação da NOBRADE, a Câmara considerou importante a realização de alguns trabalhos prévios. O primeiro deles foi a realização de um pesquisa visando aquilatar grau de conhecimento e uso pela comunidade arquivística brasileira das normas internacionais. Isso foi realizado concomitantemente ao processo de distribuição gratuita da ISAD(G) para as instituições brasileiras – lamentavelmente, o número de respostas foi muito pequeno, embora os dados coletados confirmassem aquilo que já se suspeitava, de que as normas eram pouco utilizadas e que o grau de conhecimento sobre elas era maior nas regiões sul e sudeste do país.

Paralelamente à confecção das normas e à divulgação dos trabalhos realizados, a CTNDA também promoveu, por seus membros, um levantamento de bibliografia disponível no Brasil sobre descrição arquivística, com a indicação das possibilidades de serviço oferecidos pelas bibliotecas detentoras dos exemplares (consulta, empréstimo, cópia).<sup>6</sup> O objetivo desse trabalho foi o de oferecer aos profissionais da área o contato com novas abordagens e avanços teóricos e metodológicos na área de descrição de arquivos. Isso funcionaria também como uma maneira de embasar e fortalecer teoricamente a discussão sobre a própria NOBRADE.

#### 4- A Norma Brasileira de Descrição e suas características

A NOBRADE está disponível para leitura e *download* no sítio do Arquivo Nacional para ser usada, divulgada e debatida.<sup>7</sup> Baseada nas normas internacionais ISAD(G) e ISAAR(CPF), a

---

<sup>6</sup> CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). *Descrição arquivística* : referências bibliográficas. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. 50 p.

<sup>7</sup> O endereço específico para o envio de comentários e sugestões é [normdesc@arquivonacional.gov.br](mailto:normdesc@arquivonacional.gov.br)

NOBRADE inova em alguns momentos, incorporando preocupações mais comuns entre profissionais brasileiros, ainda que, ela também suponha outros níveis complementares de normalização, seja por área de instituições arquivísticas, seja em cada instituição individualmente.

Seus pressupostos básicos são os mesmos da ISAD(G): descrição multinível, normas flexíveis tanto para uso em sistemas automatizados quanto manuais e liberdade para formatos de descrição em instrumentos de pesquisa. A obra tem uma estrutura semelhante às normas internacionais de descrição, com uma introdução, um glossário, que define os termos em função de seu uso na própria norma e a apresentação de cada uma das áreas e de seus elementos de descrição. Dispõe também de bibliografia e índice, facilitando o acesso às informações pretendidas.

A NOBRADE<sup>1</sup> tem 28 elementos de descrição dispostos em oito áreas, ou seja dois elementos e uma área a mais do que a ISAD(G). A nova área é dedicada a pontos de acesso e indexação de assuntos, e os dois novos elementos são um para anotação do estado de conservação da unidade de descrição, questão extremamente importante para as entidades custodiadoras, que necessitam desse tipo de informação para gestão técnica e programação de trabalho, e outro para indicação dos pontos de acesso eleitos e termos de indexação arbitrados.

Em alguns elementos de descrição, optou-se pela criação de subelementos, como data(s), que se subdivide em data(s) tópica(s) - lugar(es) - informação muitas vezes fundamental quando se está descrevendo alguns tipos de documentos, por exemplo, correspondência, e data(s) crônica(s), relativa ao tempo. Além disso, foram mantidos três apêndices, o primeiro com um modelo de níveis de descrição, incluindo o nível zero (0), para descrição do acervo total de uma entidade custodiadora, um outro, igual ao apêndice A-2 da ISAD(G), mostrando possíveis relações entre descrições de documentos e registros de autoridades arquivísticas e, finalmente, o terceiro, com exemplos integrais de descrição em uma mesma cadeia hierárquica.

A inclusão de mais um nível de descrição, o nível 0, da entidade custodiadora, pretende facilitar a produção no Brasil de um tipo de instrumento de pesquisa raro no nosso país, mas que é comumente usado em outros países e cuja tradução para o português poderia ser diretório. Nesse

instrumento, além das informações de tipo cadastral (nome, endereço, serviços oferecidas etc.), consta também uma descrição geral de todo o acervo custodiado por cada instituição participante.<sup>8</sup> Sua existência é valiosa tanto para pesquisadores, que podem ter informações rápidas sobre os fundos e coleções de cada detentor, quanto para a os órgãos responsáveis pela elaboração e acompanhamento de políticas públicas na área de arquivos, na medida em que possibilita a identificação de linhas de acervo, partilha de fundos etc. Se pensarmos, por exemplo, na elaboração em nível nacional de um cadastro geral de instituições arquivísticas, dado o volume de informações,<sup>9</sup> um guia seria uma empresa mais do que ambiciosa, inclusive pelos custos que acarretaria.

A estruturação da informação para cada elemento sofreu uma pequena alteração com relação às normas internacionais. Além do objetivo e da(s) regra(s) geral(is) aplicável(eis), todo elemento de descrição possui comentários, em que são dadas informações sobre a importância do elemento e como funciona, contextualizando assim a proposta da norma para aquele elemento, e procedimentos, em que a(s) regra(s) geral(is) é (são) detalhadas. Só então são fornecidos exemplos, que identificam as instituições arquivísticas que os forneceram e também as unidades de descrição a que se referem. No caso da existência de subelementos, relacionam-se os procedimentos específicos.

Dos 28 elementos de descrição existentes, sete são obrigatórios, código de referência, título, data(s), especificamente a data crônica de produção, nível de descrição, dimensão e suporte, nome(s) do(s) produtor(es) e condições de acesso. Os seis primeiros já eram considerados obrigatórios pela ISAD(G), e a decisão de declarar a obrigatoriedade das condições de acesso prende-se ao fato de se considerar que, muitas vezes, o intercâmbio de dados ocorre, freqüentemente, em níveis mais específicos de descrição, ou seja, processo / dossiê (nível 4) e item (nível 5), não podendo, portanto, se valer de uma informação que normalmente seria dada apenas nos níveis mais gerais (fundo / coleção, seção, série e subsérie, ou, de outra maneira, níveis 1, 2, 3 e 3.5, respectivamente).

---

<sup>8</sup> Instrumento desse tipo pode ser visualizado em <http://www.cdncouncilarchives.ca/directory.html> .

<sup>9</sup> O Brasil tem cerca de 6 mil municípios e uma administração, tanto em âmbito federal, quanto estadual e municipal bastante complexa. Se acrescermos a esse número, as instituições privadas que detém arquivos e lhes dão acesso, podemos imaginar as dimensões do universo a ser abarcado.

Cabe aqui chamar a atenção dos colegas de língua espanhola que alguns termos em português são “*faux-amis*” em relação ao espanhol, o que poderia acarretar incompreensões. O conceito de *procedencia* em espanhol, equivale em português ao de proveniência, que em termos da NOBRADE, assim como da ISAD(G), é registrado no elemento de descrição Produtor. O que no Brasil é registrado no elemento de descrição Procedência equivale ao conceito espanhol de *origene*. Sem esse cuidado, a leitura da NOBRADE, bem como de outros textos técnicos brasileiros, será, com certeza, equivocada.<sup>10</sup>

Alguns colegas, brasileiros e estrangeiros, têm estranhado o fato dos exemplos serem diferentes em alguns aspectos. Trata-se não de erro, mas da constatação de que como qualquer texto normativo, a NOBRADE tem aspectos prescritivos e outros não, e que sua leitura, principalmente em relação a algumas questões, permite mais que uma única interpretação. Assim como nas normas internacionais, os exemplos refletem visões técnicas, graus de sofisticação tecnológica e realidades de acervo e pessoal diferentes. A CTNDA acredita, e assim fez o seu trabalho, que uma norma não é uma prisão que determina uma única visão unilateral dos problemas que a técnica e a realidade colocam aos profissionais; ao contrário, a Câmara sustenta que devem existir e são absolutamente legítimas normas mais específicas em outros âmbitos, por exemplo, num dado estado, num município e até numa instituição, sendo apenas vital que se mantenha o respeito às nacionais e internacionais com vistas a possibilitar a constituição de trabalhos comuns e intercâmbio de dados.

## 5- Perspectivas futuras de trabalho

Nos encontros diversos de formação e apresentação da NOBRADE, a CTNDA tem sempre insistido na necessidade de conhecimento e aplicação da norma para seu aperfeiçoamento. Em um mundo em constante mudança, espera-se que as normas sejam revistas e alteradas de tempos em tempos. Nesse sentido a CTNDA insiste sempre na necessidade do uso da NOBRADE e do compartilhamento de sugestões e críticas que lhe possam ser feitas – estamos sempre à disposição

---

<sup>10</sup> Para equivalência conceitual, recomenda-se o uso de: ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

para participar de discussões, fazer oficinas e ouvir e tentar ajudar a solucionar questões colocadas pelo uso da norma.

Além do aperfeiçoamento e atualização da NOBRADE, outras normas também terão de ser criadas, como uma para registros de autoridade, bem como a aculturação de outras normas internacionais que por ventura surjam.<sup>11</sup> Outras questões conexas à normas também se impõem, entre as quais a principal é o estudo dos formatos codificados para intercâmbio de dados arquivísticos, sem os quais, ainda que disponhamos de descrições normalizadas, o intercâmbio de dados em nível nacional ou internacional ficará prejudicado pelas diferentes configurações que nossos sistemas de descrição possuam. A normalização é um processo que não tem fim, e nós estamos apenas no começo.

---

<sup>11</sup> <sup>11</sup> O Comitê de Boas Práticas e Normas, que sucedeu a Seção de Normas Profissionais e Boas Práticas e ao Comitê de Normas de Descrição, está prevendo o lançamento de duas novas normas no Congresso Internacional de 2008, em Kuala Lumpur: a ISDF, Norma internacional para descrição de funções e a ISIAH, Norma internacional para instituições com acervo arquivístico.